

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37283	49407/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DGOEP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1/1)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 17/09/2025
HASH: 727a7aee1a2803776c4ee6e9c031f9



DESPACHO

Processo: 41457/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Autorização de ocupação de espaço público temporária

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Para efeitos de decisão e tendo em consideração a informação técnica, remete-se o assunto que se segue para apreciação e posterior notificação no prazo legal aplicável.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/33679 de 15 de Outubro de 2025.

RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de ocupação de via pública temporária em causa, nos termos e condições estabelecidas nas informações técnicas de suporte à presente decisão.

Notifique-se o(a) requerente no sentido desta decisão.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Processo de obra: 1/2019/1880/0

Processo: 41457/2025

Registo de entrada: 2025-E-RE-22333 de 03/10/2025

Requerente:

NIF:

Tipo de pedido: Ocupação de Via Pública por motivo de Obras temporária

Local da obra: Rua do Anjo, 78/80 – Braga (São José de S. Lázaro e São João do Souto)

Coordenadas

Geográficas: 41.54866838136709, -8.424986915296627

Área da O.V.P.: -- m²

Período: Um (1) dia – 16 de outubro de 2025 (Datas alternativas –)

Horário: 08h00 e às 18h00

Assunto: Ocupação de Via Pública por motivo de Obras_ Equipamentos Móveis

Técnico:

Informação:

1. Caraterização da pretensão

O requerente vem, através do presente pedido, solicitar autorização para Ocupar a Via Pública (O.V.P.), com a paragem de equipamentos móveis, para a operação de recolha de conteúdo de demolição do prédio em obras, sito no local acima referido, que se assinala.

2. Enquadramento legal da pretensão

A pretensão insere-se no disposto nos 1 e 3 do artigo 8º do Código da Estrada, na redação dada pela Lei n.º 72/2013 nos artigos D-1/6º, D-2/47º, D-2/52º e D-2/58º dos Capítulos I e III da parte D do Código Regulamentar do Município de Braga.

3. Análise de pretensão

A Ocupação de Via Pública (O.V.P.), consiste na paragem de equipamentos móveis, nas imediações dos prédio 78/80, na Rua do Anjo – Braga (São José de S. Lázaro e São João do Souto), com a paragem e circulação dos equipamentos móveis a fim de proceder à remoção dos escombros referentes à demolição das obras do prédio.

A área de O.V.P. é na zona de faixa de rodagem, com corte total de via, condicionando a circulação de pessoas e de trânsito.



No âmbito do respetivo pedido de licenciamento resultou na licença de obras 2025-0023. Fatura_017_125_2025 Paga a 15_01_2025.

4. Parecer(es) interno(s) ou externo(s)

No âmbito da O.V.P. requerida foi oportunamente recolhido o parecer da DM, cujo teor é favorável, devendo o requerente, cumprir as suas condições e condicionantes.

5. Condições e condicionantes da OVP

Tendo em consideração o tipo de ocupação e sendo de carácter temporário, da parte da Divisão Gestão Ocupação do Espaço Público (DGOEP) não se vê inconveniente na pretensão, devendo ser assegurado o cumprimento das seguintes condições:

- Restringir-se à ocupação estritamente necessária, de forma a não prejudicar o uso público a que os bens do espaço público se encontram afetos, designadamente o trânsito de veículos e de peões;
- Devem ser salvaguardadas todas as normas de segurança e a paragem do equipamento deve ser devidamente sinalizada, a uma distancia mínima de 5,00m em relação ao veículo estacionado, de forma a evitar qualquer tipo de acidente;
- Assegurar as condições normais de trânsito;
- Deve ser delimitado o espaço de ocupação, através da colocação de sinalização e balizamento adequados, de forma a evitar qualquer tipo de acidente, e que visem impedir a circulação de pessoas no espaço onde os trabalhos se encontrem a decorrer;
- A O.V.P. não pode impedir o acesso a edifícios, nem pode constituir obstrução a circulação pedonal ou automóvel de forma livre e segura;
- A entidade requerente é responsável pela adoção de todas as medidas de segurança de terceiros, incluindo o recurso às autoridades policiais, para regulação e manutenção da fluidez e da segurança da circulação pedonal e rodoviária;
- Deverão ser informados da Ocupação de Via Pública por motivo de Obras todas as entidades competentes, comerciantes e moradores em geral;
- Devem ser cumpridas todas as normas de segurança dos trabalhadores, assim como as correspondentes a segurança de pessoas e bens;
- Imediatamente após os trabalhos é obrigatória a limpeza do espaço público;
- A reparação dos danos no espaço provocados no espaço público em consequência da execução de operações urbanísticas constitui encargo dos responsáveis pelas mesmas.

Proposta

Tendo em consideração o tipo de ocupação e sendo de carácter temporário, da parte da Divisão Gestão Ocupação do Espaço Público (DGOEP) não se vê inconveniente no deferimento da pretensão nos termos e condições da presente informação técnica.

À consideração superior.



Processo nº 41457/2025

Requerente: MANUEL DE SOUSA GONÇALVES

Local: Rua do Anjo nº.78-80

Assunto: Corte de trânsito por motivos de remoção de escombros

Data: 2025.10.15

Unidade Orgânica: Divisão de Mobilidade

Técnico Responsável: José Gomes

Informação Técnica

A presente análise enquadra a resposta à tarefa T/2025/109324 com a solicitação de parecer à Divisão de Mobilidade, por parte da Divisão de Gestão de Ocupação do Espaço Público.

1. Caracterização da pretensão

Por motivos da realização de trabalhos de conservação previstos na licença, como nº 2025-0023 para o prédio da Rua do Anjo nº.78-80, pode autorizar-se ao requerente proceder ao corte de trânsito nos dias 15 e 16 de outubro no período compreendido entre as 08H00 e as 18H00 para fins de paragem e circulação dos equipamentos móveis para proceder à remoção dos escombros referentes à demolição das obras do prédio com os números de 78/80 de polícia.

A OVP acarreta condicionamento à circulação rodoviária, na Rua do Anjo, no período compreendido entre as 08:00 horas e as 18:00 horas, dos dias 15 e 16 de outubro.

O condicionamento referido enquadra-se no Artigo D - 1/6.º do Código Regulamentar do Município de Braga.

Atendendo à informação remetida considera-se o PST adequado aos fins pretendidos, informando os utilizadores da via relativamente às condições temporárias de circulação, pelo que pode aprovar-se.

1.1. O PST deverá ser implementado de acordo com o disposto no Regulamento de Sinalização de Trânsito (Decreto Regulamentar n.º 22 - A /98 de 1 de outubro, alterado pelo Decreto Regulamentar nº 41 /2002, de 20 de agosto)

1.2. O condicionamento no passeio deverá cumprir com o estabelecido do Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, deixando livres pelo menos 1,20m para circulação de peões, sendo que a dimensão poderá ser reduzida para 0,90m em situações devidamente justificadas.

1.3. Sempre que possível deve dar-se continuidade ao percurso pedonal, mediante a implementação de travessia pedonal provisória, marcada com recurso a tinta acrílica na cor amarela, com dimensionamento conforme marca M11 do Regulamento de Sinalização de Trânsito e com largura mínima de 2,50m. Durante a vigência do



condicionamento deverá manter-se a marcação em bom estado de conservação. No fim do condicionamento o requerente deverá providenciar a retirada da referida marcação.

1.4. Após a execução dos trabalhos, o requerente deverá repor a sinalização vertical eventualmente afetada ou deslocada, no mesmo tipo e qualidade de materiais, bem como todas as marcas rodoviárias deterioradas.

1.5. Não é permitida a paragem ou estacionamento de veículos em passeios ou outros espaços destinados à circulação pedonal.

1.6. Deverá garantir-se a adequabilidade e conforto da circulação pedonal em cumprimento do Regime da Acessibilidade, Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, mantendo o passeio livre na totalidade.

1.7. Devem ser salvaguardadas todas as normas de segurança em vigor.

1.8. Sempre que for necessário o impedimento à circulação rodoviária deve a mesma ser regulada por Sinalização Luminosa Automática de Trânsito ou deve ser solicitada, imprescindivelmente, pelo requerente, a colaboração das forças de segurança: Polícia Municipal/Polícia de Segurança Pública/Guarda Nacional Republicana.

1.9. Independentemente da autorização pelo período solicitado, deve o requerente desimpedir a via pública logo que os trabalhos estejam efetuados.

2. Proposta de decisão

2.1. Face ao exposto, e pelos fundamentos apresentados, verifica-se que não existe inconveniente no deferimento do pedido desde que o condicionamento seja executado de acordo com as características que se encontram supra descritas.

